

O Estado e a dívida social

08-Mar-2010

OpiniÃ£o

Texto de Maria da Graça M. Pinto

Na semana que agora finda, os trabalhadores da função pública estiveram em greve contra o congelamento de salários.

Os detractores deste protesto invocam dois argumentos essenciais para o condenar! O difícil momento que o País atravessa e os alegados privilégios de que usufruíam os trabalhadores do sector público.

São ambos improcedentes!

Os argumentos que se prendem com a difícil situação económica do País são recorrentes. Antes, era o objectivo do défice zero, depois a crise e agora, a saúde das contas públicas e a recuperação económica.

Em nome dos ditames da União Europeia os Governos do centro têm imposto sucessivos sacrifícios aos trabalhadores da administração pública que viram as suas condições de vida degradarem-se nos últimos anos.

Não se trata de reivindicar privilégios, mas de lutar por condições de vida decentes. Por outro lado, é sabido que as conquistas dos funcionários públicos têm reflexos na situação laboral de todos os trabalhadores do sector privado, com particular destaque para as questões salariais.

Os trabalhadores têm razões para desconfiar! De há anos que se habituaram aos apelos a novos sacrifícios, com a promessa de que o fim das dificuldades está para breve, e continuam sem ver a luz ao fundo do túnel.

Os cidadãos portugueses, como os gregos que, nesta semana saíram à rua para protestar contra as medidas de austeridade, estão cansados de serem os bodes expiatórios dos problemas económicos e financeiros do seu país, ao mesmo tempo que o sector financeiro não pára de ter lucros chorudos e que alguns gestores e administradores de empresas públicas e privadas auferem de salários escandalosos.

Estão fartos de constatar que, apesar dos seus sacrifícios, as crises persistem, prova cabal de que, de facto, são outras as razões que estão na base das dificuldades económicas e financeiras

Portugal é dos países europeus com menos justiça social. Segundo dados da Comissão Europeia, a taxa de risco de pobreza e as desigualdades na distribuição dos rendimentos são das mais elevadas na União e o desemprego e a precariedade aumentaram exponencialmente.

O Estado tem uma enorme dívida social por liquidar!

O principal problema a ultrapassar não é o das contas públicas, mas o atraso económico, os baixos salários, as pensões de miséria e a corrupção. Não é possível promover o desenvolvimento num clima de

desmotivação e descrença por parte de quem produz riqueza. Não é
exequível qualquer recuperação económica assente no desrespeito por quem
trabalha!

no viseumais.com